



**Santa Casa da  
Misericórdia  
de  
Sobral Monte Agraço**

**RELATÓRIO DE  
ACTIVIDADES E CONTA DE  
GERÊNCIA**

**ANO  
2016**

# CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea c), do nº 2, do Art.º 22º do Compromisso, convoco uma Assembleia Geral Ordinária da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço, a realizar pelas **14 horas e 30 minutos**, do dia 19 de Março, de 2017 (domingo), a realizar no edifício da sede, sito no Alto dos Fetais (Lar da 3ª idade), nesta vila, com a seguinte ordem de trabalhos:

-Ponto um: Apresentação, discussão e aprovação do Relatório de Actividades e da Conta de Gerência, com o parecer do Definitório, relativo ao ano de 2016.

-Ponto dois: Outros assuntos de interesse para a Misericórdia.

Nos termos do n.1 do artigo 24º do Compromisso, a reunião efetuar-se-á à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos irmãos com direito a voto, **ou 30 minutos depois** com qualquer número de irmãos presentes.

Sobral de Monte Agraço, 3 de Março de 2017.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco)



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO SOBRAL DE MONTE AGRAÇO  
"AO SERVIÇO DA COMUNIDADE"

**ÓRGÃOS SOCIAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE  
MONTE AGRAÇO, ELEITOS NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2014.**

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco - presidente  
Joaquim dos Reis - vice presidente  
Maria Manuela Correia Marques Leandro - secretária  
António José Dinis Rogério - secretário

**MESA ADMINISTRATIVA**

Bernardino Garcia Cardoso - provedor  
Francisco José Ribeiro Amaral Luízio - vice provedor  
Maria Deotilde Jesus Mateus Videira Araújo - tesoureira  
Joaquim Abel Amado Miranda - secretário  
Jorge Miguel Maurício Correia - vogal  
Heitor Carago Lourenço - suplente  
João Isidoro Mota Frade - suplente  
Maria Júlia Pereira Domingos Silva Costa - suplente

**DEFINITÓRIO OU CONSELHO FISCAL**

Sérgio Filipe Bravo e Pereira da Silva - presidente  
Maria do Rosário Rijo Lourenço Marques - efetivo  
Maria Antónia Ramos Lopes Fuller - suplente  
António Manuel Machado Nogueira - suplente

# **Relatório de Actividades da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço**

**Exercício de 2016**

## **Introdução**

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, nomeadamente, a alínea e), do artigo 27º do Compromisso, a Mesa Administrativa elaborou o Relatório de Actividades e as Contas do exercício de 2016, que vem submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral, nos termos da alínea c), do artigo 21º, do mesmo Compromisso.

## **Enquadramento Geral**

No ano de 2016 apesar da situação económica portuguesa, revelar alguns sinais de melhoria nalguns sectores e uma diminuição ligeira da taxa de desemprego, muitas famílias, continuaram com rendimentos baixos que foram insuficientes para satisfazer as suas necessidades básicas, mesmo ao nível da própria alimentação.

Esta situação encontrou resposta num grande esforço de solidariedade desenvolvido conjuntamente pelas comunidades locais e por instituições que com os meios ao seu alcance ajudaram muitas famílias.

As Instituições de Solidariedade Social, pela sua proximidade no terreno, conhecem bem as situações de carência, e, por isso estiveram sempre na primeira linha desta ajuda, muitas vezes apenas com os seus próprios meios.

Pese embora, as dificuldades com que se debate no dia a dia da sua actividade a Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço procurou, com os meios limitados ao seu dispor, responder sempre aos casos evidentes de carência social, tornando-se assim, numa âncora essencial no apoio dos mais necessitados, tanto na sua sinalização no terreno, como no conseqüente encaminhamento institucional, passando até pelo acolhimento no caso de situações de verdadeira emergência social.

Continuaram a verificar-se neste ano notórias dificuldades das famílias e foram frequentes as situações em que se apresentaram na Instituição confessando a sua incapacidade em poderem corresponder com a respectiva comparticipação familiar, devida pela resposta social facultada aos seus

situações de desemprego ou outras situações da conjuntura familiar, o valor mesmo que pequeno da reforma dos parentes idosos, que vivem em habitação comum com a família, constituiu um factor de ajuda financeira para equilibrar o orçamento mensal do agregado. Esta situação e o desemprego de um ou mais membros do agregado, implica que alguns idosos se mantenham em casa dos respectivos familiares, por vezes em condições precárias, até ao limite do possível, só procurando o apoio da Santa Casa, quando as condições de saúde já começam a degradar-se, trazendo assim um maior volume de trabalho e, conseqüentemente, um nível de cuidados mais oneroso, a partir do momento em que é disponibilizada a requerida resposta social.

### **Evolução da actividade**

Este foi um ano difícil e, de trabalho duro, para controlar os custos e ao mesmo tempo reorganizar os serviços de modo a dar-lhes um maior grau de eficiência combatendo sem descanso os desperdícios. Em paralelo com este trabalho a Mesa Administrativa nunca deixou de reflectir sobre as diferentes ideias que foram surgindo e, ao mesmo tempo, implementando as medidas que considerou adequadas para continuar ao serviço da comunidade, garantindo os bons padrões de qualidade dos serviços que presta, os postos de trabalho e a credibilidade da Santa Casa.

O processo geral de ajustamento funcional que foi sendo desenvolvido visou, por um lado a diminuição de gastos, e, por outro, a implementação de medidas para reorganizar os diferentes serviços, no sentido de lhes facultar uma resposta eficaz e cada vez mais profissionalizada.

Fruto daquele processo, destacam-se entre outras as seguintes alterações introduzidas ao nível dos diferentes serviços:

- o serviço da saúde que foi organizado segundo um conceito mais objectivo e com novas regras de funcionamento, em articulação com os demais e especialmente com o de cuidados;
- o serviço de cuidados foi objecto de formação continuada, em ambiente de trabalho, sob a orientação do serviço de enfermagem e fisioterapia;
- o serviço de cozinha com a aquisição de pequenos equipamentos, criação de novos espaços para conseguir torná-lo mais funcional, sempre em cumprimento das normas legais;
- o serviço de compras e abastecimento de géneros alimentícios;

- o serviço de lavandaria e engomadoria organizado de forma funcional e agilizada na resposta;

A reorganização de serviços tem sido levada a efeito, após estudo aturado das situações e, não sendo estática, vai prosseguir com os ajustamentos que vierem a ser necessários.

A Mesa Administrativa continuou a fazer a divulgação na Internet dos serviços prestados pela Santa Casa, e prosseguiu a campanha feita de forma pessoal e institucional para que os contribuintes assinalassem a concessão de 0,5% do IRS; continuaram a ser desenvolvidos contactos junto de estabelecimentos de saúde para dar a conhecer os nossos serviços; de igual modo procurou-se cooperar com todas as entidades do concelho, através da participação em eventos. Também reuniu de forma institucional com a Câmara Municipal para tratar de assuntos de interesse comum.

Foram revistos e actualizados, de acordo com a nova legislação, todos os regulamentos das diferentes respostas sociais.

A Santa Casa continuou em 2016 a dispor apenas, dos rendimentos, gerados pela sua própria actividade, obrigando a um grande rigor e aperto na gestão, sempre em condições de muita austeridade, por forma a poder ir honrando, embora com algumas limitações os compromissos assumidos perante as entidades bancárias, os trabalhadores e fornecedores procurando prosseguir, com a mesma qualidade, a sua acção no campo das respostas sociais sem nunca deixar de atender os mais necessitados.

Apesar das dificuldades económicas, a actividade geral da Santa Casa, teve como prioridade continuar a oferecer as diversas respostas sociais com qualidade e na forma mais adequada às diferentes necessidades de apoio à população idosa do concelho e de algumas zonas limítrofes. O apoio referido expressou-se nos serviços próprios, prestados em cada uma das respostas sociais, Lar Residencial, Lar de Grandes Dependentes, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Cantinas Sociais. O Lar Residencial, o Centro de Dia e outros serviços como, por exemplo, os de cozinha e lavandaria e os administrativos estão instalados no edifício do Alto de Fetais, enquanto que o Lar de Grandes Dependentes tem as respectivas instalações no edifício do antigo hospital, local onde também são entregues a maior parte das cantinas sociais.

O facto de haver dois espaços, a funcionarem, fisicamente separados, acarreta algum acréscimo nos custos, pelo facto de não poderem ser aproveitadas todas as vantagens que resultariam de uma efectiva

centralização; por outro lado permite o aproveitamento de parte das instalações disponíveis, no edifício do antigo hospital, para dar a resposta social na área da Grande Dependência.

Nos dois espaços residenciais, durante o ano de 2016, mantiveram-se sempre em regime de ocupação plena todas as vagas que são abrangidas pelos protocolos de acordo estabelecidos com a Segurança Social, mas, por outro lado, as vagas que funcionam em regime livre tiveram algumas oscilações na sua taxa de ocupação, sobretudo no primeiro semestre do ano. Na ERPI localizada no edifício do Alto de Fetais, das 57 vagas abrangidas pelo acordo de cooperação estabelecido com a Segurança Social, existem, 6 vagas que estão consignadas para serem ocupadas apenas por sua própria indicação.

É de salientar que, os proveitos resultantes do serviço prestado no regime livre, continuam a ter um papel fundamental na manutenção do equilíbrio financeiro e da sustentabilidade da Instituição.

O Lar de Grandes Dependentes instalado no edifício do antigo hospital, dada a sua especificidade, funciona, por enquanto, ao abrigo de um acordo atípico estabelecido com a Segurança Social, acolhendo 26 idosos, sendo que 3 vagas estão consignadas à Segurança Social.

Note-se que as oito vagas alocadas à Segurança Social, nos dois edifícios diminuem de alguma forma a nossa capacidade de resposta, face à procura, por parte de pessoas da nossa área geográfica. Esta contrariedade tem, no entanto, sido minimizada em colaboração com a Segurança Social, dada a constante sinalização de utentes do concelho ou limítrofes em situação de emergência social.

A resposta social, Centro de Dia teve, em 2016, uma frequência média na ordem de 25 utentes/clientes, todos ao abrigo do acordo de cooperação com a Tutela. Nesta resposta social as pessoas foram transportadas pelas nossas viaturas, beneficiando de alimentação completa, para além do conforto e convívio social, funcionou durante os sete dias da semana, só que ao fim de semana o transporte tem de ser assegurado pela família.

O Serviço de Apoio Domiciliário, funcionou conforme as necessidades, dos utentes e foi assegurado por 2 equipas cada uma com 2 funcionárias especializadas, atendendo mais de 30 pessoas por dia. Durante os fins de semana funcionou com uma equipa, só para os casos em que a família não teve possibilidade de prestar a devida assistência. Dado que esta resposta social é deficitária, sobretudo pelas suas especificidades próprias e pela

geografia da área abrangida mereceu durante este ano uma atenção especial no sentido de minimizar as perdas.

Também continuou a funcionar a resposta Cantinas Sociais, abrangendo, no início cerca de 80 refeições diárias completas a maioria completamente gratuitas, sendo dada prioridade aos agregados com crianças. Todos os casos foram objecto de uma cuidada análise por parte dos serviços sociais. Todos os utentes das diferentes respostas sociais e respectivas famílias beneficiaram de um acompanhamento constante por parte dos serviços sociais da Instituição.

Por outro lado, as nossas animadoras, desenvolveram, de forma constante, inúmeras acções concretas, que motivaram os utentes em situação de permanência completa e os utilizadores do Centro de Dia a participar em actividades de carácter lúdico e de movimentação física.

Salienta-se que, durante uma semana do mês de Agosto, voltou a funcionar um espaço de ocupação de tempos livres, para os filhos das trabalhadoras, uma vez que a IPSS que, no concelho, presta serviços na área da infância, se encontrava fechada. Assim sendo, as trabalhadoras tiveram a possibilidade de trabalhar e de trazer para a Instituição os seus filhos, a título gratuito, com a garantia de acompanhamento completo através do sector da animação sócio-cultural.

### **Recursos Humanos**

Em contexto de diálogo regular com os trabalhadores decorreu o processo de reorganização geral, dos diversos serviços procurando adequar o respectivo número de trabalhadores em função das tarefas a desempenhar; Ocorreu já no final de 2016, a entrada em vigor de um novo Acordo Colectivo de Trabalho que abrange todos os trabalhadores da Instituição e, por isso, foram efectuados os consequentes ajustamentos.

O número de trabalhadores ao serviço da Instituição, em 2016, foi ligeiramente inferior ao do ano anterior.

. Os gastos com pessoal neste exercício, representaram 63,5% dos gastos operacionais.

### **Parcerias/Projectos.**

A Santa Casa da Misericórdia do Sobral de Monte Agraço, através do Serviço Social, encontrou-se afecta durante o ano de 2016 aos seguintes Projectos: Rede Social-SMA, Equipa de Cuidados Continuados Integrados, Parceria entre o Centro de Saúde, o Município e a Santa Casa da

Misericórdia, Fundo Europeu de Apoio a Carenciados (FEAC), Banco de Ajudas Técnicas da SCM-SMA:

### **Resultados do exercício**

O resultado líquido do exercício apresenta um saldo negativo de 4761,66 €

### **Considerações finais**

Ao apresentar este relatório de actividades a Mesa Administrativa quer deixar uma palavra de reconhecimento a todos que exercem a sua actividade profissional na Santa Casa da Misericórdia pelo carinho e empenho demonstrados para com os utentes e também pelo espírito aberto a novos métodos de trabalho.

A Mesa Administrativa agradece a todos os fornecedores a compreensão e confiança que demonstraram no entendimento do esforço que está a ser desenvolvido para que possam ser integralmente cumpridas as responsabilidades assumidas.

As Contas de Gerência do exercício, com a certificação legal, elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, estão explanadas nos respectivos mapas que, seguidamente, se apresentam sendo acompanhadas, pelo Parecer do Definitório ou Conselho Fiscal.

Sobral de Monte Agraço, 3 de Março de 2017

A Mesa Administrativa

Bernardino Garcia Cardoso

Francisco José Ribeiro Amaral Luízio

Joaquim Abel Amado Miranda

Maria Deotilde Jesus Mateus Videira Araújo

Jorge Miguel Maurício Correia

**Contas de Gerência do  
Exercício de 2016**

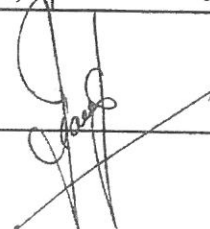
Santa Casa da Misericórdia de Sobral de M. Agraço  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA**  
**PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Contribuinte: 501091718

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		837.018,22	813.868,26
Subsídios, doações e legados à exploração		601.513,23	680.530,96
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		192.130,79	226.262,89
Fornecimentos e serviços externos		328.542,19	319.988,90
Gastos com o pessoal		906.168,75	929.207,01
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	6.666,39
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		129.519,11	149.405,30
Outros gastos		5.230,25	10.102,21
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>135.978,58</b>	<b>151.577,12</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		112.932,04	115.467,18
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>23.046,54</b>	<b>36.109,94</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	2,28
Juros e gastos similares suportados		27.808,20	29.400,49
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-4.761,66</b>	<b>6.711,73</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-4.761,66</b>	<b>6.711,73</b>

*Resposta*  
**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA**  
 de  
 Sobral de Monte Agraço  
 A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Sobral de M. Agraço  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501091718  
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		2 677 850,77	2 728 690,30
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		4 578,97	2 606,52
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	46 000,00
		<b>2 682 429,74</b>	<b>2 777 296,82</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		5 296,43	7 643,20
Créditos a receber		48 465,49	39 367,41
Estado e outros entes públicos		10 844,73	8 028,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos correntes		17 342,58	15 877,65
Caixa e depósitos bancários		6 501,01	4 325,03
		<b>88 450,24</b>	<b>75 241,55</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2 770 879,98</b>	<b>2 852 538,37</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		148 922,83	148 922,83
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		876 977,60	870 265,87
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		188 011,37	222 852,89
		<b>1 213 911,80</b>	<b>1 242 041,59</b>
Resultado líquido do período		-4 761,66	6 711,73
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 209 150,14</b>	<b>1 248 753,32</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		227 086,61	232 737,43
Adiantamentos de clientes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		38 336,85	38 611,51
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		1 117 155,27	1 135 833,90
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		179 151,11	196 602,21
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		<b>1 561 729,84</b>	<b>1 603 785,05</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 561 729,84</b>	<b>1 603 785,05</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 770 879,98</b>	<b>2 852 538,37</b>

A Direcção

O responsável

*Carla da*  
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA  
de  
Sobral de Monte Agraço  
A Mesa Administrativa

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL) do período findo em 31-12-2016 (montantes em euros)

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		831.799,93	823.928,07
Pagamentos a fornecedores		342.880,67	506.665,44
Pagamentos ao pessoal	12	908.662,36	929.072,73
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(419.743,10)</b>	<b>(611.810,10)</b>
Outros recebimentos/pagamentos		486.438,44	766.532,42
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>66.695,34</b>	<b>154.722,32</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	16.092,51	8.521,74
<i>Investimentos financeiros</i>		1.972,45	1.469,26
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>			2,28
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(18.064,96)</b>	<b>(9.988,72)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		100.000,00	
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		118.678,63	114.852,91
<i>Juros e gastos similares</i>		27.808,20	29.400,49
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(46.486,83)</b>	<b>(144.253,40)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2.143,55	480,20
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.357,46	3.877,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6.501,01	4.357,46

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2016**  
(montantes em euros)

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRÃO

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>6</b> <b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>	148.922,83			870.265,87		222.852,89	6.711,73	1.248.753,32		1.248.753,32
<b>7</b> <b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b> Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				6.711,73	(34.841,52)	(34.841,52)	(6.711,73)	(34.841,52)		(34.841,52)
<b>8</b> <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>				6.711,73		(34.841,52)	(6.711,73)	(34.841,52)		(34.841,52)
<b>9-7+8</b> <b>RESULTADO INTEGRAL</b>							(4.761,66)	(4.761,66)		(4.761,66)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							(39.603,18)	(39.603,18)		(39.603,18)
Outras Operações	148.922,83							148.922,83		148.922,83
<b>10</b> <b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016</b> 6+7+8+10	148.922,83			876.977,60		188.011,37	(4.761,66)	1.209.150,14		1.209.150,14

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA  
Administração / Gerência  
Sobral de Monte Agraço  
Des. A Mesa Administrativa

Técnico Oficial de Contas Nº 30499

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2016**  
(montantes em euros)

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRADO**

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>DESCRÇÃO</b>										
<b>1</b>	<b>148.922,83</b>			<b>964.474,01</b>		<b>257.894,41</b>	<b>(94.208,14)</b>	<b>1.276.883,11</b>		<b>1.276.883,11</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(94.208,14)		(34.841,52)	94.208,14	(34.841,52)		(34.841,52)
<b>2</b>				<b>(94.208,14)</b>		<b>(34.841,52)</b>	<b>94.208,14</b>	<b>(34.841,52)</b>		<b>(34.841,52)</b>
<b>3</b>							<b>6.711,73</b>	<b>6.711,73</b>		<b>6.711,73</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>										
<b>4=2+3</b>							<b>(28.129,79)</b>	<b>(28.129,79)</b>		<b>(28.129,79)</b>
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>										
Outras Operações	148.922,83							148.922,83		148.922,83
<b>5</b>										
<b>6=1+2+3+5</b>	<b>148.922,83</b>			<b>870.265,87</b>		<b>222.852,09</b>	<b>6.711,73</b>	<b>1.248.753,32</b>		<b>1.248.753,32</b>

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA**  
Administração / Gerência  
Sobral de Monte Agradado  
A-Mesa Administrativa

Técnico Oficial de Contas N.º 30499



**ANEXO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO**

**ANO : 2016**

## ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
  - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
  - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
- 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
  - 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
- 4 - Ativos fixos tangíveis**
  - 4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis
  - 4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:
- 5 - Ativos intangíveis**
  - 5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis
  - 5.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos
  - 5.3 Outras divulgações
- 7 - Inventários**
  - 7.2 Quantia escriturada de inventários
- 8 - Rendimentos e gastos**
  - 8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
  - 8.3 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
- 9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**
  - 9.5 Outras divulgações
- 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**
  - 10.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas
  - 10.2 Benefícios sem valor atribuído obtidos por entidades terceiras
  - 10.3 Principais doadores / fontes de fundos
- 11 - Instrumentos financeiros**
  - 11.6.2 Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:
- 12 - Benefícios dos empregados**
  - 12.4 Benefícios dos empregados e encargos da entidade
- 15 - Divulgações exigidas por diplomas legais**
  - 15.2 Informação por atividade económica
  - 15.3 Informação por mercado geográfico
  - 15.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

## Notas às Demonstrações Financeiras



**1 - Identificação da entidade****1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO  
Sede social:

**2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

*Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Primeira adoção de novo referencial contabilístico*

*Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Primeira adoção do novo referencial*

**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

**- Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**- Regime da periodização económica (acrécimo)**

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

**- Materialidade e agregação**

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

**- Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

**- Comparabilidade**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a sábado, 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em quinta-feira, 31 de dezembro de 2015.

**3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

*Demonstração das Alterações no Capital Próprio - ALTERAÇÕES NO PERÍODO*

*Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Alterações de políticas contabilísticas*

**3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

**- Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

**4 - Ativos fixos tangíveis***Balanço - (modelo para ESNL) - Ativos fixos tangíveis**Balanço - (modelo para ESNL) - Bens do património histórico e cultural**Balanço - (modelo para ESNL) - Excedentes de revalorização**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Outras imparidades (perdas/reversões)**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização**Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Realização de excedentes de revalorização**Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis***4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis****4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	45.240,45	3.327.496,96	598.626,85	134.293,85	48.590,44		3.748,53	70.489,47		4.228.486,55
Depreciações acumuladas		878.743,93	444.487,89	131.106,35	45.458,08					1.499.796,25
<b>Saldo no início do período</b>	<b>45.240,45</b>	<b>2.448.753,03</b>	<b>154.138,96</b>	<b>3.187,50</b>	<b>3.132,36</b>		<b>3.748,53</b>	<b>70.489,47</b>		<b>2.728.690,30</b>
Variações do período	38.000,00	(83.919,60)	(15.279,64)	(531,24)	(1.033,32)		11.924,31			(50.839,53)
<b>Total de aumentos</b>			<b>12.168,20</b>				<b>11.924,31</b>			<b>24.092,51</b>
Aquisições em primeira mão			12.168,20				11.924,31			24.092,51
<b>Total diminuições</b>		<b>83.919,60</b>	<b>27.447,88</b>	<b>531,24</b>	<b>1.033,32</b>					<b>112.932,04</b>
Depreciações do período		83.919,60	27.447,88	531,24	1.033,32					112.932,04
Outras transferências	38.000,00	0,00								38.000,00
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>83.240,45</b>	<b>2.364.833,43</b>	<b>138.859,28</b>	<b>2.656,26</b>	<b>2.099,04</b>		<b>15.672,84</b>	<b>70.489,47</b>		<b>2.677.850,77</b>
Valor bruto no fim do período	83.240,45	3.327.496,96	610.795,05	134.293,85	48.590,44		15.672,84	70.489,47		4.290.579,06
Depreciações acumuladas no fim do período		962.663,53	471.935,77	131.637,59	46.491,40					1.612.728,29

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outras AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	45.240,45	3.327.496,96	595.226,85	134.293,85	48.590,44		3.748,53	65.367,72		4.219.964,81
Depreciações acumuladas		794.471,60	419.223,61	126.061,26	44.572,60					1.384.329,07
<b>Saldo no início do período</b>	<b>45.240,45</b>	<b>2.533.025,36</b>	<b>176.003,25</b>	<b>8.232,59</b>	<b>4.017,84</b>		<b>3.748,53</b>	<b>65.367,72</b>		<b>2.835.635,74</b>
<b>Variações do período</b>		<b>(84.272,33)</b>	<b>(21.864,29)</b>	<b>(5.045,09)</b>	<b>(885,48)</b>			<b>5.121,75</b>		<b>(106.945,44)</b>
<b>Total de aumentos</b>			<b>3.399,99</b>							<b>3.399,99</b>
Aquisições em primeira mão			3.399,99							3.399,99
<b>Total diminuições</b>		<b>84.272,33</b>	<b>25.264,28</b>	<b>5.045,09</b>	<b>885,48</b>					<b>115.467,18</b>
Depreciações do período		84.272,33	25.264,28	5.045,09	885,48					115.467,18
<b>Outras transferências</b>								<b>5.121,75</b>		<b>5.121,75</b>
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>45.240,45</b>	<b>2.448.753,03</b>	<b>154.138,96</b>	<b>3.187,50</b>	<b>3.132,36</b>		<b>3.748,53</b>	<b>70.489,47</b>		<b>2.728.690,30</b>
Valor bruto no fim do período	45.240,45	3.327.496,96	598.626,85	134.293,85	48.590,44		3.748,53	70.489,47		4.228.486,55
Depreciações acumuladas no fim do período		878.743,93	444.487,89	131.106,35	45.458,08					1.499.796,25

## 5 - Ativos intangíveis

*Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)*

*Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Outras imparidades (perdas/reversões)*

*Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização*

*Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações*

*Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Excedentes de revalorização*

*Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Realização de excedentes de revalorização*

*Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL) - Ativos intangíveis*

*Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis*

### 5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

### 5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos

---

Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Ativos intangíveis cuja titularidade está restringida (se existem e respetivas quantias escrituradas)

Ativos intangíveis dados como garantia de passivos

---

### 5.3. Outras divulgações

**7 - Inventários***Balço - (modelo para ESNL) - Inventários**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Variação nos inventários da produção**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)***7.2. Quantia escriturada de inventários**

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
<b>APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS</b>						
Inventários iniciais		7.643,20	7.643,20		9.619,82	9.619,82
Compras		189.784,02	189.784,02		190.050,56	190.050,56
Redistribuição e regularização de inventários						
Inventários finais		5.296,43	5.296,43		7.643,20	7.643,20
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		192.130,79	192.130,79		226.262,89	226.262,89
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>						

**8 - Rendimentos e gastos***Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Vendas e serviços prestados**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Fornecimentos e serviços externos**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Outros rendimentos**Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Juros e rendimentos similares obtidos***8.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	837.018,22	813.868,26
Juros		2,28
<b>Total</b>	<b>837.018,22</b>	<b>813.870,54</b>

**8.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Serviços especializados</b>	<b>102.199,50</b>	<b>85.685,71</b>
Trabalhos especializados	30.074,13	15.657,11
Honorários	34.727,50	26.915,00
Conservação e reparação	31.635,82	39.514,97
Outros	5.762,05	3.598,63
<b>Materiais</b>	<b>44.503,58</b>	<b>49.366,91</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.960,20	5.759,86
Material de escritório	2.511,69	4.231,00
Outros	37.031,69	39.376,05
<b>Energia e fluidos</b>	<b>134.434,54</b>	<b>134.648,89</b>
Eletricidade	53.749,22	51.566,77
Combustíveis	65.121,79	71.900,30
Água	15.563,53	11.181,82
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>1.216,41</b>	<b>923,84</b>
Deslocações e estadas	1.216,41	923,84
<b>Serviços diversos</b>	<b>46.188,16</b>	<b>49.363,55</b>
Comunicação	6.392,16	6.351,55
Seguros	4.352,19	4.319,78
Contencioso e notariado	485,18	621,32
Limpeza, higiene e conforto	29.910,41	25.854,91
Outros serviços	5.048,22	12.215,99
<b>Total</b>	<b>328.542,19</b>	<b>319.988,90</b>

## 9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Balanço - (modelo para ESNL) - Provisões

Balanço - (modelo para ESNL) - Provisões específicas

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Provisões (aumentos/reduções)

### 9.5. Outras divulgações

## 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Balanço - (modelo para ESNL) - Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Subsídios, doações e legados à exploração

### 10.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios tem a natureza de subsídios sociais e são atribuídos de acordo com os contratos previamente estabelecidos

Descrição	Do Estado - Valor Atrib Per Ant	Do Estado - Valor Atribuido Periodo	Do Estado - Valor Imputado Periodo	Outras Ent - Valor Atrib Per Ant	Outras Ent - Valor Atribuido Periodo	Outras Ent - Valor Imputado Periodo	Das Quais UE - Valor Atrib Per Ant	Das Quais UE - Valor Atribuido Periodo	Das Quais UE - Valor Imputado Periodo
<b>Subsídios ao Investimento</b>									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
<b>Subsídios à exploração</b>									
<b>Valor dos reembolsos efetuados no período</b>									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
<b>Total</b>									

Quadro comparativo:

#### 10.2. Benefícios sem valor atribuído obtidos por entidades terceiras

---

Divulgar benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos por entidades terceiras

---

#### 10.3. Principais doadores / fontes de fundos

### 11 - Instrumentos financeiros

Balanço - (modelo para ESNL) - Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

Balanço - (modelo para ESNL) - Créditos a receber

Balanço - (modelo para ESNL) - Outros ativos correntes

Balanço - (modelo para ESNL) - Fundos

Balanço - (modelo para ESNL) - Outras dívidas a pagar

Balanço - (modelo para ESNL) - Fornecedores

Balanço - (modelo para ESNL) - Financiamentos obtidos

Balanço - (modelo para ESNL) - Outros passivos correntes

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

#### 11.6.2. Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Relativos a processos de insolvência e recuperação</b>		
Reclamadas judicialmente		
Em mora:		6.666,39
Há mais de seis meses e até doze meses		
Há mais de doze meses e até dezoito meses		
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses		
Há mais de vinte e quatro meses		6.666,39
<b>Total</b>		<b>6.666,39</b>

**12 - Benefícios dos empregados**

*Balanço - (modelo para ESNL) - Outros passivos correntes*

*Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)*

*Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Gastos com o pessoal*

*Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL) - Pagamentos ao pessoal*

**12.4. Benefícios dos empregados e encargos da entidade**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>906.168,75</b>	<b>929.207,01</b>
Remunerações do pessoal	736.522,66	757.392,16
Encargos sobre as remunerações	160.195,65	160.831,86
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5.998,86	6.842,49
Gastos de acção social		642,25
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	3.451,58	3.498,25

**15 - Divulgações exigidas por diplomas legais**

*Balanço - (modelo para ESNL) - Fundos patrimoniais*

**15.2. Informação por atividade económica**

Descrição	Atividade CAE 1	Total
<b>Vendas</b>		
Prestações de serviços	837.018,22	837.018,22
Fornecimentos e serviços externos	328.542,19	328.542,19
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	192.130,79	192.130,79
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	192.130,79	192.130,79
Gastos com o pessoal	906.168,75	906.168,75
Remunerações	736.522,66	736.522,66
Outros gastos	169.646,09	169.646,09
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Valor líquido final	2.677.850,77	2.677.850,77
Total das aquisições	24.092,51	24.092,51
<b>Propriedades de investimento</b>		

## Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
<b>Vendas</b>		
Prestações de serviços	813.868,26	813.868,26
Compras	190.050,56	190.050,56
Fornecimentos e serviços externos	319.988,90	319.988,90
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	226.262,89	226.262,89
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	226.262,89	226.262,89
Gastos com o pessoal	929.207,01	929.207,01
Remunerações	757.392,16	757.392,16
Outros gastos	171.814,85	171.814,85
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Valor líquido final	2.728.690,30	2.728.690,30
Total das aquisições	3.399,99	3.399,99
<b>Propriedades de investimento</b>		
Valor líquido final	46.000,00	46.000,00

## 15.3. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
<b>Vendas</b>				
Prestações de serviços	837.018,22			837.018,22
Fornecimentos e serviços externos	328.542,19			328.542,19
Aquisições de ativos fixos tangíveis	24.092,51			24.092,51
Rendimentos suplementares	77.942,76			77.942,76
Outros rendimentos suplementares	77.942,76			77.942,76

## Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	813.868,26			813.868,26
Compras	190.050,56			190.050,56
Fornecimentos e serviços externos	319.988,90			319.988,90
Aquisições de ativos fixos tangíveis	3.399,99			3.399,99
Rendimentos suplementares:	100.842,96			100.842,96
Outros rendimentos suplementares	100.842,96			100.842,96

## 15.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

## - Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

## Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

Santa Casa da Misericórdia de Sobral de M. Agraço

Contribuinte: 501091718

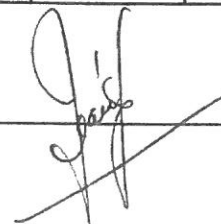
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS ENTRE ANOS

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação	
		2016	2015	Valor	%
Vendas e serviços prestados		837.018,22	813.868,26	23 149,96	2,84
Subsídios, doações e legados à exploração		601.513,23	680.530,96	-79 017,73	-11,61
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		192.130,79	226.262,89	-34 132,10	-15,09
Fornecimentos e serviços externos		328.542,19	319.988,90	8 553,29	2,67
Gastos com o pessoal		906.168,75	929.207,01	-23 038,26	-2,48
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	6.666,39	-6 666,39	-100,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos		129.519,11	149.405,30	-19 886,19	-13,31
Outros gastos		5.230,25	10.102,21	-4 871,96	-48,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		112.932,04	115.467,18	-2 535,14	-2,20
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>23.046,54</b>	<b>36.109,94</b>	<b>-13 063,40</b>	<b>-36,18</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	2,28	-2,28	-100,00
Juros e gastos similares suportados		27.808,20	29.400,49	-1 592,29	-5,42
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-4.761,66</b>	<b>6.711,73</b>	<b>-11 473,39</b>	<b>-170,95</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-4.761,66</b>	<b>6.711,73</b>	<b>-11 473,39</b>	<b>-170,95</b>


  
 SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
   
 de
   
 Sobral de Monte Agraço
   
 A Mesa Administrativa
   

Gastos														
Conta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
61	13.020,82	14.187,35	15.463,79	11.971,28	13.819,49	13.198,07	12.356,13	12.085,91	13.234,57	11.885,19	11.789,74	49.118,45		192.130,79
62	26.445,84	27.897,14	31.067,42	29.286,71	20.487,12	30.960,94	18.210,77	25.441,46	26.254,27	28.604,91	29.768,46	34.117,15		328.542,19
63	74.575,10	76.963,21	77.934,76	76.884,18	79.958,38	79.645,53	81.636,91	75.726,10	74.719,75	73.314,13	69.509,33	65.301,37		906.168,75
64	9.194,86	9.194,86	9.194,86	9.194,86	9.194,86	9.194,86	9.194,86	9.194,86	9.194,86	9.194,86	9.194,86	11.788,58		112.932,04
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
68	971,83	689,02	198,73	937,95	127,90	1.276,05	169,90	150,33	179,83	601,14	126,54	(198,97)		5.230,25
69	2.012,97	2.036,65	2.734,85	3.349,98	2.158,55	2.905,72	1.645,19	1.564,48	2.791,17	1.956,58	1.950,52	2.701,54		27.808,20
	126.221,42	130.968,23	136.594,41	131.624,96	125.746,30	137.181,17	123.213,76	124.163,14	126.374,45	125.556,81	122.339,45	162.828,12		1.572.812,22

Rendimentos

Conta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
72	70.400,93	68.515,64	69.421,20	69.360,15	66.699,74	66.346,39	65.957,83	68.228,61	71.425,69	74.952,77	72.979,59	72.729,68		837.018,22
73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
75	51.765,77	48.053,83	52.008,24	48.518,68	49.772,45	48.521,50	52.423,54	51.742,46	49.152,83	48.904,50	47.924,12	52.725,31		601.513,23
76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
78	9.085,35	6.458,79	8.983,86	5.627,15	6.378,81	6.697,98	5.902,10	6.763,70	5.328,63	6.415,85	7.609,20	54.267,69		129.519,11
79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	131.252,05	123.028,26	130.413,30	123.505,98	122.851,00	121.565,87	124.283,47	126.734,77	125.907,15	130.273,12	128.512,91	179.722,68		1.568.050,56

Resultados

Conta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
81	5.030,63	(7.939,97)	(6.181,11)	(8.118,98)	(2.895,30)	(15.615,30)	1.069,71	2.571,63	(467,30)	4.716,31	6.173,46	16.894,56		(4.761,66)




Santa Casa da Misericórdia de Sobral de M. Agraço  
BALANÇO PERIÓDICO ENTRE ANOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501091718  
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015	Valor	%
<b>ATIVO</b>					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis		2 677 850,77	2 728 690,30	-50 839,53	-1,86
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		4 578,97	2 606,52	1 972,45	75,67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	46 000,00	-46 000,00	-100,00
		2 682 429,74	2 777 296,82	-94 867,08	-3,42
Ativo corrente					
Inventários		5 296,43	7 643,20	-2 346,77	-30,70
Créditos a receber		48 465,49	39 367,41	9 098,08	23,11
Estado e outros entes públicos		10 844,73	8 028,26	2 816,47	35,08
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos correntes		17 342,58	15 877,65	1 464,93	9,23
Caixa e depósitos bancários		6 501,01	4 325,03	2 175,98	50,31
		88 450,24	75 241,55	13 208,69	17,56
<b>Total do ativo</b>		<b>2 770 879,98</b>	<b>2 852 538,37</b>	<b>-81 658,39</b>	<b>-2,86</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>					
Fundos patrimoniais					
Fundos		148 922,83	148 922,83	0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados		876 977,60	870 265,87	6 711,73	0,77
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		188 011,37	222 852,89	-34 841,52	-15,63
		1 213 911,80	1 242 041,59	-28 129,79	-2,26
Resultado líquido do período		-4 761,66	6 711,73	-11 473,39	-170,95
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 209 150,14</b>	<b>1 248 753,32</b>	<b>-39 603,18</b>	<b>-3,17</b>
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões		0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo corrente					
Fornecedores		227 086,61	232 737,43	-5 650,82	-2,43
Adiantamentos de clientes e utentes		0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		38 336,85	38 611,51	-274,66	-0,71
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos		1 117 155,27	1 135 833,90	-18 678,63	-1,64
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar		179 151,11	196 602,21	-17 451,10	-8,88
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00
		1 561 729,84	1 603 785,05	-42 055,21	-2,62
<b>Total do passivo</b>		<b>1 561 729,84</b>	<b>1 603 785,05</b>	<b>-42 055,21</b>	<b>-2,62</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 770 879,98</b>	<b>2 852 538,37</b>	<b>-81 658,39</b>	<b>-2,86</b>

A Direcção

O responsável

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA  
de  
Sobral de Monte Agraço  
A Mesa Administrativa

## CERTIDÃO

Maria Emília de Carvalho Carço Mirando, Chefe do Serviço de Finanças de SOBRAL MONTE AGRACO.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático de gestão e controlo de processos de execução fiscal, que SANTA CASA MISERICORDIA SOBRAL MONTE AGRACO, NIF 501091718, tem a sua situação tributária regularizada, uma vez que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos, prestações tributárias ou acréscimos legais.

A presente certidão é válida por três meses, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 24º do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão em 8 de Março de 2017.

O Chefe de Finanças



(Maria Emília de Carvalho Carço Mirando)

**Elementos para validação**

Nº Contribuinte: 501091718

Cód. Validação: QEBWLHHYTSZ9



## SEGURANÇA SOCIAL

### DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRACO**

Firma/denominação **SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRACO**

Número de Identificação de Segurança Social **20004628025**

Número de Identificação Fiscal **501091718**

Número de Declaração **15107533**

Data de emissão **09-03-2017**

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatro meses**, a partir da data de emissão.

Signature Not Verified

Digitally signed by Instituto de Informática, I.P.

Date: 2017.03.09 11:55:00 +00:00

DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA



Nome: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

Tipo de identificação: NIF / NIPC N° de identificação: 501091718

Responsabilidades referentes a: 31-12-2016

Informação comunicada pela instituição 0007 - NOVO BANCO, SA						
Nível Responsabilidade	Produto Financeiro	Prazo Original	Prazo Residual	Situação de Crédito	Duração Incumprimento	Prestação €
Crédito individual	Créditos em conta corrente	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Regular		Saldo € 100 000 Tipo 006 Valor € 300 000

Informação comunicada pela instituição 0035 - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA						
Nível Responsabilidade	Produto Financeiro	Prazo Original	Prazo Residual	Situação de Crédito	Duração Incumprimento	Prestação €
Crédito individual	Cartão de crédito	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Regular		Saldo € 1 667

Informação comunicada pela instituição 0036 - CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL						
Nível Responsabilidade	Produto Financeiro	Prazo Original	Prazo Residual	Situação de Crédito	Duração Incumprimento	Prestação €
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	071 - Mais de 10 até 15 anos	062 - Mais de 6 até 7 anos	Regular		Saldo € 754 048 Tipo 011 Valor € 1 800 000
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	054 - Mais de 4 até 5 anos	004 - Mais de 180 dias até 1 ano	Regular		7 437 Tipo 006 Valor € 40 000
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	072 - Mais de 15 até 20 anos	071 - Mais de 10 até 15 anos	Regular		94 003 Tipo 031 Valor € 93 488
Crédito individual	Créditos em conta corrente	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Regular		57 500 Tipo 006 Valor € 60 000
Crédito individual	Créditos em conta corrente	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Potencial		2 500



Nome: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Tipo de identificação: NIF / NIPC N.º de identificação: 501091718

Responsabilidades referentes a: 31-12-2016

Informação comunicada pela instituição 5310 - CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO, CRL

Nível Responsabilidade	Produto Financeiro	Prazo Original	Prazo Residual	Situação de Crédito	Duração Incumprimento	Prestação €	Saldo €	Tipo	Garantias	Valor €
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equipada	064 - Mais de 8 até 9 anos	063 - Mais de 7 até 8 anos	Regular			100 000	011		100 000

Tipos de garantias

006 - Outras garantias

011 - Colateral real hipotecário - Imóveis

031 - Colateral financeiro - Depósitos

Número total de saldos neste mapa : 8

Fim de relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de outubro). Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.



Nome: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRACO

Tipo de identificação: NIF / NIPC Nº de identificação: 501091718

Responsabilidades referentes a: 31-12-2016

## Saldos Agregados

Nível Responsabilidade	Produto Financeiro	Prazo Original	Prazo Residual	Situação Crédito	Duração Incumprimento	Garantias	
						Saldo €	Valor €
Crédito individual	Créditos em conta corrente	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Potencial		2 500	
Crédito individual	Créditos em conta corrente	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Regular		157 500	006
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	071 - Mais de 10 até 15 anos	062 - Mais de 6 até 7 anos	Regular		754 048	011
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	064 - Mais de 8 até 9 anos	063 - Mais de 7 até 8 anos	Regular		100 000	011
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	072 - Mais de 15 até 20 anos	071 - Mais de 10 até 15 anos	Regular		94 003	031
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	054 - Mais de 4 até 5 anos	004 - Mais de 180 dias até 1 ano	Regular		7 437	006
Crédito individual	Cartão de crédito	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Regular		1 667	
<b>Tipos de garantias</b>		011 - Colateral real hipotecário - Imóveis		031 - Colateral financeiro - Depósitos		<b>Número total de saldos neste mapa : 7</b>	

## Fim de Relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de outubro). Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.770.880 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.209.150 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.762 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

#### Bases para a opinião com reserva

##### Reserva

Não obtivemos resposta do advogado da Instituição, pelo que não podemos avaliar a extensão de eventuais ações judiciais em curso.

##### Ênfase

Os imóveis recebidos de utentes, registados em ativos fixos tangíveis (no valor de 38.000 euros), estão registadas pelo seu justo valor, determinado por avaliação anual, de acordo com os valores de mercados atribuídos pela Mesa Administrativa em Ata de março de 2013.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

### **Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de atividades**

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 17 de março de 2017

**AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.**

Representada por,



Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho, R.O.C.

# Parecer do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

## INTRODUÇÃO:

O presente relatório resulta do trabalho desenvolvido pelo Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço, adiante designada por "Santa Casa" ou "Instituição", o qual na qualidade de Órgão Eleito e no âmbito das suas competências estatutárias inerentes o elabora.

## ÂMBITO DOS TRABALHOS REALIZADOS:

A atividade desenvolvida por este Órgão, relativamente ao exercício de 2016, envolveu, nomeadamente:

- a) A apreciação, com base em diligências junto dos serviços e demais Órgãos, dos registos, movimentos e saldos da contabilidade;
- b) A verificação do cumprimento dado às obrigações de carácter legal, especialmente no que respeita às exigências em matéria fiscal e parafiscal;
- c) A tomada de conhecimento dos aspetos fundamentais da atividade, através de contactos com o Senhor Provedor e demais membros da Mesa Administrativa;
- d) Contactos com o Revisor Oficial de Contas, Dr. Rui Carrilho, da sociedade de auditores AUREN, SA;
- e) Análise dos Documentos de Prestação de Contas, incluindo o Relatório de atividades, o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração de fluxos de caixa, e o correspondente Anexo.

Gostaríamos de agradecer ao Senhor Provedor e demais Membros da Mesa Administrativa, ao Senhor Presidente da Assembleia Geral e demais membros da Mesa da Assembleia Geral, a todos os colaboradores desta casa com quem contactamos e por fim ao Revisor Oficial de Contas, toda a colaboração prestada no decurso dos trabalhos, quer ao nível da disponibilização de informação quer na disponibilidade e flexibilidade para a realização de reuniões e obtenção de esclarecimentos solicitados.

É nossa convicção, que os prejuízos do ano de 2016, estão fortemente correlacionados com as diminuições das transferências de subsídios, apesar do esforço relevante no controlo dos gastos por parte da Mesa Administrativa.

Por outro lado, a Instituição continua a apresentar baixos níveis de tesouraria que determinaram situações de adiamentos de pagamentos a terceiros. É também nossa convicção, que esta situação decorre do esforço que é exigido pelo serviço de dívida de financiamentos obtidos junto de instituições financeiras e pelo pagamento dos respetivos encargos associados.

#### RECOMENDAÇÕES:

Fruto dos trabalhos desenvolvidos, ao longo de todo o ano de 2016, o Conselho Fiscal, formula as seguintes recomendações à Mesa Administrativa:

- a) Que implemente uma política de segregação de funções, nomeadamente para as previstas na Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro;
- b) Proceda à inventariação dos ativos da instituição, à respetiva valorização e subsequente realização e/ou alienação de modo a reduzir as necessidades de financiamento;
- c) Mantenha os esforços para encontrar formas de elevar as quantias em tesouraria e a sua manutenção a médio e longo prazo;
- d) Mantenha a política de rigor no controlo dos custos e gastos.

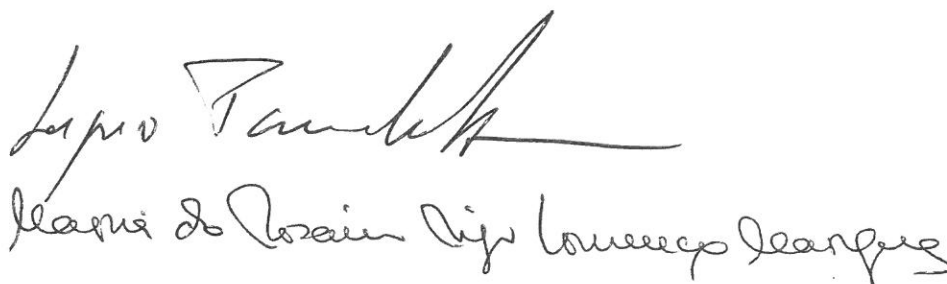
#### PARECER / OPINIÃO:

Tendo presente a actividade desenvolvida, pelo Conselho Fiscal, e atento o conteúdo da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Atividades e restantes documentos de prestação de contas apresentados pela Mesa Administrativa relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016;
- b) Seja aprovada a manutenção do resultado do ano em Resultados do Transitados.

Sobral de Monte Agraço, 3 de março de 2017

Os Irmãos:



Two handwritten signatures in black ink. The first signature is 'Lupão' and the second is 'João do Brasil'.